

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 014/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM APLICAÇÃO DE TINTA ESPECIAL, PARA COMBATE AO AEDES AEGYPTI EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2026 às 08:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Processo Administrativo nº 027/2026

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, CNPJ n. 19.493.732/0001-99, com endereço na Praça Antônio Alves da Costa, n.300, Vila São Pedro, cidade de Araxá/MG, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Frederico Ozanam Rangel – Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG através do Pregoeiro Sr. Luiz Claudio Ferreira e equipe de apoio designados pela Portaria nº 002/2026 realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e Portarias nº 11/2023, 18/2023, 21/2023, 31/2024, 001/2025 e 22/2025, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 26/05/2026 às 08:30h

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 26/05/2026 às 08:30h

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM APLICAÇÃO DE TINTA ESPECIAL, PARA COMBATE AO AEDES AEGYPTI EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES.**

1.2. A licitação será de menor preço por item, conforme exigências constantes do
Termo de Referência - **ANEXO I.**

1.3. São participantes do presente processo licitatório:

ENTES CONSORCIADOS			
MUNICÍPIOS		DISTÂNCIA ESTIMADA DA SEDE ARAXÁ (CIMINAS)	POPULAÇÃO (Nº HAB)
1	CAMPOS ALTOS	96 KM	13.136
2	MEDEIROS	121 KM	4.040
3	PEDRINÓPOLIS	78 KM	3.404
4	SANTA ROSA DA SERRA	131 KM	3.476
5	TAPIRAÍ	148 KM	1.707
6	SÃO ROQUE DE MINAS	140 KM	7.341
7	SACRAMENTO	85 KM	27.891
8	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	248 KM	7.521
9	IGUATAMA	193 KM	6.845
10	PIMENTA	243 KM	8.794
11	COROMANDEL	178 KM	30.013
12	DORESÓPOLIS	225 KM	1.496
13	VARGEM BONITA	154 KM	2.206
14	GUIMARÃIA	123 KM	8.808
15	SERRA DO SALITRE	79 KM	12.210
16	NOVA SERRANA	241 KM	112.910
17	SANTANA DA VARGEM	371 KM	6.781
18	INDIANÓPOLIS	148 KM	6.309
19	ESTRELA DO INDAIÁ	212 KM	2.750
20	IRAÍ DE MINAS	154 KM	7.423
21	DORES DO INDAIÁ	203 KM	12.786

Fonte: Censo IBGE 2022 - População estimada para 2024

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e legislação vigente.
- 2.2. O Artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021 em seu inciso XLV prevê que o Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

2.3. Deverá ser observado neste certame as disposições contidas no Artigo 82 e incisos da Lei Federal de nº 14.133/2021, sendo que a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio Público CIMINAS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

2.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no Artigo 84º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

2.6. DO AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

2.6.1. Neste certame foi obedecido o disposto no Caput do Artigo 86º da Lei Federal de nº14.133/2021, quando foi devidamente publicado no Site do CIMINAS o Aviso de Manifestação de Intenção de Registro de Preços, tendo sido publicado no dia 11 de março de 2026, obedecido o prazo mínimo legal de 08 (oito) dias úteis.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar os interessados que estiverem previamente credenciados no portal LICITANET (www.licitanet.com.br).

3.2. Os interessados devem possuir ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

3.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações

efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 4.4 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6.** A não observância do disposto no item 4.5 poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.
- 3.7.** Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI.
- 3.8.** O valor previsto para o presente Edital é superior aos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n. 8.538, de 2015 e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**
- 3.9.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.9.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.9.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

- 3.9.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.9.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.9.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.10.** O licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.11.** Que constem no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e/ou tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público.
- 3.12.** Impedidas de licitar ou contratar com a contratante, bem como, com os municípios e sua Administração Direta e Indireta.
- 3.13.** Inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou suspensas, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.14.** Que constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

- 3.15.** É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial no processo licitatório, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011).
- 3.16.** A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005.
- 3.17.** A vedação estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.18.** Os documentos necessários à habilitação que foram juntados à plataforma eletrônica de licitações, serão objetos de conferência e autenticação pelos servidores designados como Agente de Contratação Responsável e/ou Equipe de Apoio.
- 3.19.** Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com as hipóteses previstas no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.
- 3.20.** O índice de reajustamento de preço será o INPC/IBGE. Caso este índice seja extinto ou deixe de ser divulgado pelo órgão oficial competente, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos insumos relacionados ao objeto contratual, mediante justificativa técnica e aprovação do Consórcio.
- 3.21.** O primeiro reajuste somente ocorrerá após o decurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, mesmo que a execução contratual se inicie em data posterior.
- 3.22.** Os reajustes subsequentes observarão o mesmo intervalo anual, tendo como termo inicial a data do último reajuste aplicado.

3.23. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.24. Ficam ressalvadas as situações previstas no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

3.25. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitanet.com.br, sob pena de não conhecimento.

4.2. Caberá ao Pregoeiro Responsável responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá re

4.3. requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, bem como ao Departamento requisitante do objeto do certame.

4.4. Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.

4.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, assim sendo, o proponente/licitante que interpor a impugnação não estará impedido de participar do certame.

4.6. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que

tal comunicação não terá efeito de recurso.

- 4.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.2.1. Declaro que não incorri nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.2.2. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.2.3. Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.2.4. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- 5.2.5. Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade

dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

- 5.2.6.** Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.2.7.** Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- 5.2.8.** Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- 5.2.9.** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.
- 5.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.** O fornecedor classificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar sua condição no campo específico do sistema eletrônico. No entanto, em razão do elevado valor da contratação, este processo não concederá os benefícios previstos para microempresas e

empresas de pequeno porte, conforme vedação estabelecida no Art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

- 5.5.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ao assinalar o campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 5.6.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.7.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.7.1.** Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 5.7.2.** Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela contratante ou de sua desconexão.
- 5.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.10.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.11.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, cujo termo inicial

corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

- 5.12.** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro Responsável.
- 5.13.** Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 5.14.** A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades legalmente previstas (artigo 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021), sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou pela revogação da licitação.
- 5.15.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 5.16.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 5.17.** Caso o licitante arrematante do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será este inabilitado, podendo ser aplicadas as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado o próximo seguindo a ordem de classificação.
- 5.18.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.19.** Todas as entregas deverão ocorrer no endereço informado na Ordem de Fornecimento da contratante ou de cada município, órgão ou entidade.
- 5.20.** A documentação referente a Habilitação somente será solicitada dos licitantes

vencedores após fase de disputa, não havendo necessidade do envio em conjunto ao cadastramento da proposta.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1.** Valor unitário e total;
- 6.1.2.** Marca;
- 6.1.3.** Fabricante;
- 6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.5. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro.

6.6. Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.8.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal LICITAR DIGITAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às do TERMO DE REFERÊNCIA.
- 6.9.** Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.10.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.12.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.13.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.14.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.13.
- 6.15.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes ou contratados pode ensejar, após o devido processo legal, a responsabilização junto ao Tribunal de Contas da União, assinatura de prazo para a adoção das

medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Em seguida, iniciará a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou do lote quando for o caso.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.

- 7.10.** Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 7.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 7.21.** O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26.** Caso a empresa ou melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no

subitem

anterior.

- 7.27.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.28.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.29.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.30.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.31.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.32.** A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.
- 7.33.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.34.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 8.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado.
- 8.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.3.1. Contiver vícios insanáveis.
 - 8.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - 8.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 8.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - 8.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco) do valor orçado pela Administração.
- 8.5. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.5.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
 - 8.5.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a

desclassificação da proposta.

- 8.8.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.9.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.10.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.12.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13.** Conforme disposto no § 3º do Artigo 17º da Lei Federal de nº 14.133/2021, na fase de julgamento, o Consórcio CIMINAS, poderá em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, exames de conformidade e prova de conceito, amostras, dentre outros testes de interesse, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência ou no projeto básico.
- 8.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das

especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

- 8.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1.** As declarações obrigatórias conforme Lei 14133/2021 são atestadas pelo licitante no ato de cadastramento da proposta via sistema, não havendo necessidade de envio de declarações em conjunto aos documentos de habilitação.
- 9.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são:
- 9.2.1.** Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.
- 9.2.2.** Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.
- 9.2.3.** OBSERVAÇÃO: O(s) ramo(s) de atividade(s) constante(s) do Objeto Social (principal e/ou secundárias) deverá(ão) ser compatível(is) com o objeto ora licitado.
- 9.2.4.** Documentos pessoais dos sócios/administradores.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1.** Para garantir a qualidade, a conformidade técnica e a funcionalidade dos serviços a serem adquiridos, as empresas participantes deste Pregão Eletrônico deverão cumprir os seguintes requisitos de qualificação técnica:

10.1.1. Atestados de capacidade técnica

- 10.1.1.1.** As licitantes deverão apresentar no mínimo um (1) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 10.1.1.2.** Este atestado deve comprovar que a empresa já executou serviços similares de fornecimento e aplicação de tinta inseticida, em quantidade compatível com o objeto licitado no percentual não inferior a 10% (dez por cento).
- 10.1.1.3.** O atestado deve conter, no mínimo:
- 10.1.1.3.1.** Nome e CNPJ da entidade emitente.
 - 10.1.1.3.2.** Nome e CNPJ da empresa licitante.
 - 10.1.1.3.3.** Descrição detalhada dos itens fornecidos (tipos de equipamentos, modelos, quantidades, especificações técnicas relevantes).
 - 10.1.1.3.4.** Período de execução do fornecimento.
 - 10.1.1.3.5.** Declaração do responsável pela emissão atestando a boa execução dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais.
 - 10.1.1.3.6.** Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão.
 - 10.1.1.3.7.** Solicitar um atestado de capacidade técnica é fundamental para verificar se a empresa licitante possui experiência prévia na execução de serviços semelhantes aos que estão sendo licitados.
- 10.1.1.4.** Esta exigência garante que a empresa tenha um histórico de desempenho satisfatório e conhecimento das particularidades do serviço.
- 10.1.1.5.** O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

- 10.1.1.6.** A licitante que não for fabricante deverá comprovar que está autorizada a comercializar os produtos ofertados.
- 10.1.1.7.** A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de carta de revenda autorizada, declaração do fabricante ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou distribuidor oficial.
- 10.1.1.8.** O documento deverá conter:
 - 10.1.1.8.1.** identificação do fabricante;
 - 10.1.1.8.2.** identificação da licitante;
 - 10.1.1.8.3.** autorização para comercialização do produto ofertado.
- 10.1.1.9.** Caso a licitante seja o fabricante, deverá apresentar documentação que comprove essa condição.
- 10.1.2.** Requisitos técnicos de qualificação profissional e operacional faz-se necessário que eventual processo de contratação tenha critérios objetivos e adequados, buscando ter no mínimo, os seguintes requisitos:
 - 10.1.2.1.** Laudos técnicos de eficácia da tinta emitidos por laboratório credenciado pela ANVISA, comprovando a eficácia da formulação com base em testes laboratoriais reconhecidos.
 - 10.1.2.2.** Autorização de comercialização e/ou Registro da empresa e/ou do produto junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como tinta inseticida para uso ambiental (classe de saneantes domissanitários).
- 10.1.3. Infraestrutura e logística**
 - 10.1.3.1.** Declaração de capacidade logística para fornecimento e aplicação em qualquer município consorciado ao CIMINAS, incluindo localidades de difícil acesso.
 - 10.1.3.2.** Declaração de que possui ou terá à disposição, até o início da

execução contratual, veículos, equipamentos e pessoal necessários para cumprimen todos prazos de entrega e aplicação;

- 10.1.3.3.** Comprovação de que os produtos ofertados estão devidamente armazenados ou serão produzidos em planta industrial própria ou terceirizada licenciada, com instalações adequadas ao cumprimento da legislação sanitária.

10.1.4. Requisitos específicos do produto ofertado

- 10.1.4.1.** Apresentação de ficha técnica completa do produto , com descrição da composição , propriedades físico-químicas, modo de uso , precauções, validade, prazo de eficácia e número de autorização de comercialização e/ou registro na ANVISA;
- 10.1.4.2.** Apresentação da FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico), conforme NBR 14725 da ABNT;
- 10.1.4.3.** Rótulo do produto contendo: lote, validade, composição, orientações de uso e identificação do fabricante;
- 10.1.4.4.** Relatório de análise emitido por laboratório credenciado da Anvisa, ou ofício emitido pela Anvisa de que o produto possui ação prolongada de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses.
- 10.1.4.5.** Relatório de ensaio feito por labor a tório certificado pelo INMETRO, conferindo que o produto atende aos requisitos da norma NBR 15079-1:2021 - Tintas para construção civil e aos requisitos da norma NBR 11702:2021 – Tintas para construção civil – Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais.
- 10.1.4.6.** Não serão aceitos produtos classificados exclusivamente como inseticidas líquidos, aerossóis, concentrados emulsionáveis, iscas ou formulações de aplicação por pulverização, que não resultem na formação de película sólida contínua sobre a superfície aplicada.

10.1.5. Responsabilidade ambiental e sanitária

- 10.1.5.1.** Declaração de que os resíduos sólidos oriundos do processo de aplicação (embalagens) serão devidamente recolhidos e descartados conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- 10.1.5.2.** Declaração de responsabilidade técnica e civil por quaisquer danos à saúde humana ou ao meio ambiente decorrentes de uso inadequado ou falha na aplicação do produto fornecido.
- 10.1.5.3.** A tinta inseticida a ser contratada deve apresentar tecnologia de ponta em formulação química, controle sanitário e sustentabilidade ambiental, observando padrões de qualidade reconhecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

10.1.6. Outros documentos exigidos

- 10.1.6.1.** Declaração de ciência e aceitação plena das condições do Termo de Referência e do edital convocatório;
- 10.1.6.2.** Esses requisitos têm por objetivo garantir o cumprimento integral das normas de saúde pública, segurança sanitária, regularidade jurídica e sustentabilidade ambiental, de forma a assegurar a efetividade da política pública de combate aos vetores endêmicos.
- 10.1.6.3.** Deverá ser obrigatório manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Controle de Execução de Licitação.

10.2. Comprovação de Serviços Equivalentes: Exigir que os atestados ou certidões de capacidade técnica demonstrem serviços anteriores equivalentes ou superiores ao objeto da licitação assegura que a empresa tem a expertise necessária para lidar com características, quantidades e prazos. Isso contribui para a realização de um processo de contratação transparente e para a escolha da empresa mais qualificada para atender às necessidades dos municípios ou órgãos.

10.3. Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

10.4. Justificativa para as exigências de qualificação técnica:

10.4.1. Assegurar o investimento público, garantindo que as pinturas tenham longa vida útil e desempenho adequado.

10.4.2. Reduzir custos de manutenção a longo prazo, através da aquisição de produtos de qualidade e com garantia de suporte técnico eficiente.

11. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.2. Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

11.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, da sede da licitante;

11.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município sede da licitante;

11.5. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

11.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.

11.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:

11.7.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz

11.7.2. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.

12.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

12.3. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

12.3.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

12.3.1.1. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

12.3.1.2. Publicados em Diário Oficial; e

12.3.1.3. Publicados em jornal de grande circulação; ou

12.3.1.4. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

12.4. Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):

- 12.4.1.** Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- 12.4.2.** Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 12.4.3.** Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

12.5. Sociedade criada no exercício em curso:

- 12.5.1.** Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 12.5.2.** A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Índice de Solvência Geral (SG)
IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula
abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

12.6. JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

12.7. Declaração assinada por contador atestando os índices acima calculados.

12.8. Além das declarações do item 6.11 o licitante deve assinar no sistema eletrônico as seguintes **DECLARAÇÕES:**

12.8.1. Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14º da lei 14.133/21.

12.8.2. Estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, sob as penas da lei;

12.8.3. Que não possui no quadro societário, servidor público da ativa, da administração direta ou indireta da contratante e dos municípios, em

atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo da sua inteira responsabilidade a fiscalização desta vedação;

- 12.9.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 12.10.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 12.11.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 12.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 12.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 12.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 12.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº

8.538/2015).

- 12.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 12.16.** As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.
- 12.17.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;
- 12.18.** Após julgamento da proposta, será aberto o prazo de 2 (duas) horas para os(as) licitantes vencedores(as) para envio dos documentos de Habilitação conforme estabelecido no inciso II, Art 63 da Lei 14.133/2021.
- 12.19.** Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- 12.20.** Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro Responsável a verificação de documento cuja validade possa ser confirmada via Internet, desde que, na fase de habilitação, a sua verificação seja possível em sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 13.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 13.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 13.2.2.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 13.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 13.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 13.5.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 13.6.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14. DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1.** As despesas correrão na dotação orçamentária designada por cada município.
- 14.2.** Os valores estimados de preços por município participante será para 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

15. DOS RECURSOS

- 15.1.** Caso ocorra a inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.
- 15.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.3.** Serão abertos prazos de manifestação de intenção de recurso em dois momentos, o primeiro após a fase de disputa, e o segundo após a fase de habilitação, as manifestações da fase de disputa serão analisadas após findo o prazo de manifestação na fase de habilitação conforme Art 40 da IN 73/2022.
- 15.4.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 15.5.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 15.5.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 15.5.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 15.5.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 15.5.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 15.6.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 15.7.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 15.8.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.9.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.11.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.12.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CIMINAS.

16. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 16.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 16.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias

para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 16.6.** As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.
- 16.7.** Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.
- 16.8.** Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.
- 16.9.** A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 17.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
- 17.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 17.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 17.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 17.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 17.1.2.4.** deixar de apresentar amostra quando solicitado;

- 17.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 17.1.2.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.1.2.7.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
 - 17.1.2.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
 - 17.1.2.9.** fraudar a licitação.
 - 17.1.2.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 17.1.2.10.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 17.1.2.10.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 17.1.2.10.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 17.1.2.10.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 17.1.2.10.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 17.2.1.** advertência;
 - 17.2.2.** multa;
 - 17.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 17.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 17.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

- 17.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 17.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 17.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.5.** Para as infrações previstas nos itens 17.1.1 e 17.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 17.6.** Para as infrações previstas nos itens 17.2.8 e 17.2.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.2.8 e 17.2.10, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.1, 17.2, 17.2.8 e 17.2.10, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo

estabelecido pela Administração, descrita no item 17.2.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 17.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.16.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 18.1.** As condições de fornecimento e recebimento do objeto da licitação serão

realizadas de acordo com o disposto no ANEXO I – Termo de Referência e
Estudo Técnico Preliminar - ETP.

19. DO

PAGAMENTO

- 19.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 19.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

20.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 20.1.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 20.1.2.** Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.
- 20.1.3.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme

especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes de no mínimo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

- 20.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 20.1.5.** Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.
- 20.1.6.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 20.1.7.** É de responsabilidade da Contratada vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.
- 20.1.8.** A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um **relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos ou serviços executados durante o período**. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.
- 20.1.8.1.** O relatório mensal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações para cada item/serviço prestado:
- 20.1.8.1.1. Identificação do Item/Serviço:** Código, descrição completa e unidade de medida.
 - 20.1.8.1.2. Quantitativo Fornecido/Executado no Mês:** A quantidade exata de cada item entregue ou serviço realizado no período de referência.
 - 20.1.8.1.3. Quantitativo Acumulado no Contrato:** A soma total dos quantitativos do item/serviço desde o início da vigência do contrato.
 - 20.1.8.1.4. Local(is) de Entrega/Execução:** O(s) município(s) ou

local(is) específico(s) onde o fornecimento/serviço ocorreu.

20.1.8.1.5. Data(s) de Entrega/Execução: As datas em que cada fornecimento/serviço foi realizado.

20.1.8.1.6. Saldo Contratual (se aplicável): A quantidade restante de cada item/serviço a ser fornecida/executada, considerando o total contratado.

20.1.9. O relatório deverá ser apresentado em formato digital - planilha eletrônica compatível com Microsoft Excel, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços ou fornecimento dos itens.

20.1.10. A ausência ou apresentação inadequada do relatório poderá ensejar retenção de pagamento e/ou aplicação das sanções contratuais cabíveis.

20.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.

20.2.2. Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.

20.2.3. Pagar a importância correspondente, após a prestação de serviços pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.

20.2.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

20.2.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

20.2.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

- 20.2.7.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 20.2.8.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 20.2.9.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
- 20.2.10.** O representante da Administração Solicitante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 20.2.11.** A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DAS

CONSIDERAÇÕES

GERAIS:

- 21.1.** Caberá à CONTRATADA refazer a entrega dos produtos licitados (sem ônus para a contratante) sempre que os produtos estiverem em desacordo com as especificações deste termo de referência.

- 21.2.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 21.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 21.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.11.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em www.licitanet.com.br e ciminas.mg.gov.br/licitacoes.

21.12. As adesões são permitidas, desde que haja a anuência do órgão gerenciador/contratante e **CONTRATADA.**

2.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II – Ata de Registro de Preço
ANEXO III – Minuta Contratual
ANEXO IV - Declarações Unificadas

Araxá/MG, 05 de maio de 2026

ANA VITÓRIA SILVA SOARES
CIMINAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREÂMBULO

Em atendimento às solicitações dos municípios ou órgãos e do próprio CIMINAS, por deliberação do Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, e ainda Protocolo e Estatuto inscrita no CNPJ sob o nº 19.493.732/0001-99, integra a administração indireta de todos os entes consorcia, elaboramos o presente Termo de Referência, contendo as informações necessárias para dar subsídio à instauração de procedimento licitatório, **DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, visando à futura e eventual contratação, com fulcro nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, pelo Sistema de Registro de Preços (**SRP**), na observância às disposições constantes nas portarias mencionadas da CIMINAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM APLICAÇÃO DE TINTA ESPECIAL, PARA COMBATE AO AEDES AEGYPTI EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES.

Conforme exigência legal, o **CIMINAS - Consórcio Interfederativo de Minas Gerais** realizou pesquisa de preços de mercado junto aos bancos de preços que são disponibilizadas pelos entes federativos e empresas públicas, e apurou a estimativa presente na Planilha Orçamentária, para atendimento das cidades que compõem o consórcio. Os valores descritos correspondem a integral e total remuneração que será repassada à empresa contratada a qualquer título, seja de mão de obra, equipamentos, maquinário, veículos e insumos necessários à execução dos serviços conforme este Termo de Referência.

- | 1. DA | COMPRA | COMPARTILHADA |
|-------|---|---------------|
| 1.1 | O Consórcio Interfederativo de Minas Gerais objetivando o atendimento de demandas advindas dos municípios e órgãos, torna público o presente procedimento licitatório, tendo em vista o abastecimento e a celeridade na aquisição dos itens pleiteados. | |
| 1.2 | A legislação brasileira que rege as licitações públicas autoriza a realização de | |

licitação compartilhada por consórcio público. O tema já era disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, art. 112, §1º, proveniente de alteração legislativa contida no âmbito da Lei 11.107/2023, que rege os consórcios públicos, e autoriza aos Consórcios Públicos a realização licitação, da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos Municípios.

1.3 O Decreto Federal nº 6.017/2007, que regulamenta a Lei nº 11.107/05 e dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, denota que os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciarem, admitindo-se, entre outros, os seguintes:

1.3.1 a gestão associada de serviços públicos;

1.3.2 a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos municípios;

1.3.3 a produção de informações ou de estudos técnicos.

1.3.4 Além disso, ainda no mesmo decreto explana em seu dispositivo legal:

Art. 19. Os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.3.5 A Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) inova ainda mais ao dispor em seu conteúdo jurídico o seguinte:

Art. 181. Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.

Parágrafo único. No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no **caput** deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril

de

2005.

- 1.3.6** Nesse caso, o consórcio atuará apenas como órgão gerenciador e interessado, com amparo técnico e logístico para os seus consorciados, responsabilizando-se pela condução e gerenciamento dos procedimentos licitatórios.
- 1.3.7** Alcançar este resultado corrobora com o papel desempenhado pelo órgão na busca incessante por melhores práticas nas compras governamentais compartilhadas, com aumento da economia de escala, celeridade e segurança, sempre em observância aos preceitos esculpidos na legislação que envolve a matéria das aquisições públicas coletivas, assunto tão prestigiado na Nova Lei de Licitações que, há muito, parece ser uma realidade para os municípios que integram o CIMINAS.
- 1.3.8** O CIMINAS preza atuar sempre de modo articulado com seus municípios integrantes, gerando credibilidade na gestão de suas compras, assim como conscientizando os Municípios e os órgãos a estimarem suas demandas (quantitativos anuais por lotes), o mais próximo à realidade de suas localidades, bem como fiscalizando seus contratos, aplicando penalidades se necessário e, sobretudo, zelando pela segurança jurídica em suas aquisições.
- 1.3.9** É necessário ter como primazia às boas práticas públicas, seja nas compras governamentais, onde a Administração Pública deve estabelecer confiança mútua em suas contratações, seja mediante seu papel regulamentador, com uma fiscalização mais atuante e efetiva participação de servidores capacitados para bem exercer suas funções.
- 1.3.10** Por tudo que foi dito, é notória a importância do CIMINAS para os municípios participantes, especialmente, pela articulação de alternativas para as necessidades locais, e, sobretudo, pelas demandas exitosas na área de gestão pública, neste caso especial, na administração geral. Fica assim demonstrado que a economia de escala foi bastante expressiva, não apenas por contribuir com a redução dos gastos públicos, como, também, por favorecer as demandas dos Municípios ou Órgãos do CIMINAS.
- 1.3.11** Deste modo, conclui-se que a compra compartilhada a ser realizada pelo

CIMINAS é uma estratégia eficiente e eficaz, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios que formalizarem a intenção de Registro de preço.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O presente processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tem como objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM APLICAÇÃO DE TINTA ESPECIAL, PARA COMBATE AO AEDES AEGYPTI EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES**, essa medida visa atender às necessidades dos municípios consorciados ao Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS.

2.2 Vantagens da aquisição conjunta (Consórcio)

2.2.1 A contratação de empresas especializadas em aplicação de tinta especial, para combate ao aedes aegypti em atendimento aos órgãos demandantes, garante economia de escala e melhores condições de compra para os municípios consorciados. Ao unir as demandas, é possível obter preços mais competitivos, devido ao maior volume negociado, o que seria inviável para cada município de forma isolada. Essa sinergia otimiza o uso dos recursos públicos e fortalece a capacidade de investimento das administrações municipais.

2.3 Necessidade e essencialidade dos itens

2.3.1 A contratação de empresas especializadas para a aplicação de tinta especial inseticida e repelente fundamenta-se na imperativa necessidade de atualização das estratégias de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, vetor de doenças graves como Dengue, Zika e Chikungunya. A essencialidade desta contratação pauta-se nos seguintes pontos:

2.3.1.1 Eficácia prolongada e preventiva:

2.3.1.1.1 Diferentemente das aplicações tradicionais de curto prazo (como o fumacê), a tecnologia de tintas especiais oferece uma barreira residual de longa duração. A aplicação em prédios públicos, escolas, postos de saúde e áreas críticas garante uma proteção contínua, reduzindo a proliferação do vetor no ambiente de forma sustentável.

2.3.1.2 Proteção do interesse e da saúde pública:

2.3.1.2.1 O aumento sazonal dos casos de arboviroses sobrecarrega o sistema de saúde municipal e gera altos custos com internações e afastamentos laborais. A aquisição deste serviço é essencial para mitigar esses impactos, atuando diretamente no controle de focos em locais de grande circulação de pessoas.

2.3.1.3 Inovação no controle de endemias:

2.3.1.3.1 A adoção de métodos inovadores é uma recomendação das diretrizes modernas de saúde pública. A tinta especial atua como um reforço mecânico e químico passivo, que não depende da colaboração diária do usuário do imóvel, tornando-se uma ferramenta de segurança epidemiológica indispensável para ambientes coletivos.

2.3.1.4 Sustentabilidade da ação:

2.3.1.4.1 Ao optar por empresas especializadas, garante-se que a aplicação siga rigorosos critérios técnicos de segurança ambiental e eficácia biológica, assegurando que o produto aplicado cumpra sua função sem riscos à saúde dos servidores e cidadãos que frequentam os órgãos demandantes.

2.4 Vantagens do sistema de registro de preços (SRP)

2.4.1 A opção pelo Sistema de Registro de Preços é a mais adequada para este objeto, pois confere flexibilidade e agilidade aos municípios. As principais vantagens incluem:

2.4.1.1 Não obrigatoriedade de aquisição imediata: Os municípios podem aderir à ata de registro de preços conforme suas necessidades e disponibilidade orçamentária, sem a obrigação de adquirir a totalidade dos itens registrados.

2.4.1.2 Otimização do tempo: Evita a necessidade de múltiplos processos licitatórios para cada município, reduzindo custos administrativos e tempo de tramitação.

2.4.1.3 Planejamento estratégico: Permite que as prefeituras planejem suas compras ao longo do período de vigência da ata, com preços e condições já estabelecidos.

2.5 Vantagens da modalidade pregão eletrônico

2.5.1 A escolha da modalidade Pregão Eletrônico é a mais indicada por ser um procedimento rápido, transparente e competitivo. Suas vantagens incluem:

2.5.1.1 Ampla concorrência: Permite a participação de fornecedores de qualquer lugar do país, aumentando a competitividade e, consequentemente, obtendo propostas mais vantajosas para a administração pública.

2.5.1.2 Celeridade: Reduz o tempo de duração do processo licitatório.

2.5.1.3 Transparência e publicidade: Todas as etapas do pregão são realizadas em ambiente online, com acesso público, garantindo a lisura e o controle social do processo.

2.6 A ação conjunta, por meio do CIMINAS, consolida a força e o propósito do consórcio, gerando benefícios diretos e tangíveis para todas as administrações municipais envolvidas.

3. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

3.1 Este documento visa caracterizar e detalhar a demanda para EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM APLICAÇÃO DE TINTA ESPECIAL, PARA COMBATE AO AEDES AEGYPTI EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES às necessidades administrativas e operacionais dos municípios consorciados.

3.2 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

- 3.2.1** O Consórcio Interfederativo Minas Gerais desempenha atividades administrativas essenciais voltadas à gestão consorciada entre entes federativos, abrangendo elaboração de projetos, gestão de convênios, processos licitatórios, acompanhamento contratual, controle orçamentário e financeiro, além do suporte técnico aos entes consorciados.
- 3.2.2** Para o pleno desenvolvimento dessas atribuições institucionais, faz-se imprescindível a disponibilidade contínua de prestação de serviços de fornecimento de materiais e mão de obra especializada para aplicação de produto saneante de ação contínua de longa duração, na qualidade de inseticida predial interna/externa em edificações pública, os quais constituem serviços indispensáveis ao funcionamento regular da estrutura administrativa.
- 3.2.3** Assim, a contratação se revela necessária para assegurar a continuidade do serviço público, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.4** O Consórcio Interfederativo Minas Gerais num todo desenvolve inúmeras atividades administrativas que visam gerir a complexa gama de serviços garantidos à coletividade, seja na área da saúde, educação, segurança pública e outros. Assim, torna-se imprescindível que os serviços públicos ofertados aos cidadãos sejam aprimorados continuamente.
- 3.2.5** Dessa maneira, considerando tratar-se não apenas de um processo licitatório individual, mas que atende a dezenas de pessoas, O Consórcio Interfederativo Minas Gerais num todo desenvolve inúmeras atividades administrativas que visa gerir a complexa gama de serviços garantidos à coletividade, seja na área da saúde, educação, segurança pública e outros. Assim, torna-se imprescindível que os serviços públicos ofertados aos cidadãos sejam aprimorados continuamente.

- 3.2.6** A dengue é uma das arboviroses mais prevalentes, configurando-se como problema de saúde pública de magnitude crescente. Seu impacto extrapola a esfera sanitária, refletindo-se diretamente nas finanças públicas estaduais e municipais, na produtividade da força de trabalho e no sistema de saúde, gerando significativa sobrecarga econômica e social.
- 3.2.7** Visando implementar condições de saúde pública eficazes para os projetos do Consórcio Interfederativo Minas Gerais, estabelecemos critérios para aquisição de tecnologias que não sejam nocivas à saúde de aplicadores e usuários finais. Tal tecnologia tem como finalidade o combate a enfermidades endêmicas através do controle de vetores em ambientes internos e externos das unidades municipais.
- 3.2.8** A aplicação visa o melhor desenvolvimento das atividades dentro das escolas e repartições setoriais dentro das unidades, com controle e prevenção de enfermidades endêmicas no setor de saúde. Minas Gerais é uma cidade de extensa área, possuindo, inclusive, dezenas de terrenos baldios, o que ajuda a aumentar a propagação de pragas. Dessa forma, diante das necessidades de se combater efetivamente, através de prevenção de doenças como Dengue, Zika, Chikungunya, entre outras, lança-se o presente Termo de Referência.
- 3.2.9** A aquisição/contratação pretendida se faz necessária para o desenvolvimento das atividades de controle emergencial e prevenção de enfermidades endêmicas que poderão vir a assolar o município. Opta-se pela contratação de tecnologia de microcápsulas, pela segurança oferecida e pela durabilidade e eficácia. O procedimento realiza a liberação do inseticida de forma gradual e a longo prazo, mantendo a segurança daqueles que ocupam os locais, sem oferecer risco de toxicidade, mantendo o local de aplicação seguro e protegido
- 3.2.10** Considerando que o grande problema é com enfermidades endêmicas transmitidas por mosquitos nas propriedades privadas e públicas, onde há um excesso de oferta de locais para o mosquito se reproduzir, como pneus velhos, locais de água parada, pratos de plantas, vegetação alta, entre outros. A tecnologia oferecida pela tinta, a longo prazo nos locais públicos,

é bastante atrativa para diminuição dos casos.

3.2.11 Optou-se pelo uso de um princípio ativo tendo cipermetrina e permetrina concentrados a 0.5% cada, ambos piretroides sintéticos, que tenha autorização de comercialização ou Registro pela ANVISA, aplicado em paredes e tetos, por apresentar, pelo menos, as seguintes vantagens:

3.2.11.1 Alta eficácia no combate de vetores;

3.2.11.2 Que o princípio ativo seja eficaz contra vetores e as espécies encontradas no Brasil;

3.2.11.3 Ação contínua, residual e de longa duração após a cura da película seca;

3.2.11.4 O ingrediente ativo deve ser liberado gradualmente para que a presença no ambiente aplicado seja eficaz e sua efetividade seja prolongada;

3.2.11.5 O produto deve atuar como inseticida predial interno e externo, promovendo controle e redução de insetos vetores e rasteiros por ação de contato. A opção pelo sistema de registro de preços visa dar maior agilidade à contratação, considerando a variação na demanda (diária ou mensal) e a necessidade de resposta imediata para atendimento da população.

3.2.12 Assim, a realização desses serviços oferece uma solução preventiva, contínua e imediata no controle de infestação, assegurando a criação de um ambiente mais seguro, saudável e livre de riscos para todos os usuários. Logo, são essenciais para a segurança e saúde da população, diminuindo eficazmente os riscos à saúde pública e infraestrutura dos edifícios públicos e assegurando ambientes mais seguros, saudáveis e livres de riscos para todos os usuários.

3.2.13 A exigência de tecnologia de liberação controlada e de longa duração fundamenta-se na busca pela solução mais vantajosa. O Consórcio Interfederativo Minas Gerais, considerando o ciclo de vida do objeto, a redução da necessidade de reaplicação frequentes, a diminuição da exposição humana a agentes químicos e a otimização dos recursos

públicos, nos termos dos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.14 Emergência em saúde pública e prevenção

3.2.14.1 O cenário epidemiológico sazonal impõe às administrações públicas o dever de adotar medidas preventivas robustas. A utilização de tinta especial com propriedades inseticidas e repelentes apresenta-se como uma solução tecnológica avançada, que oferece proteção passiva e contínua em ambientes de grande circulação, reduzindo a dependência exclusiva de intervenções manuais e intermitentes.

3.2.15 Eficácia e longa duração (custo-benefício)

3.2.15.1 Diferente das metodologias tradicionais de nebulização (fumacê), que possuem efeito momentâneo, a aplicação de tinta especial garante um efeito residual prolongado. Esta característica justifica a contratação sob a ótica da economicidade, uma vez que reduz a necessidade de reaplicação frequentes e diminui os gastos públicos com o tratamento de pacientes infectados e o afastamento de servidores por doenças tropicais.

3.2.15.2 Alinhamento com políticas de saúde

3.2.15.2.1 A medida está em estrita consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais, que preconizam a busca por tecnologias inovadoras para o controle de endemias, visando a transformação dos prédios públicos em ambientes seguros e resilientes à propagação de vetores.

4. ABRANGÊNCIA DA DEMANDA E RESULTADOS ESPERADOS

4.1 A presente contratação visa atender a todas as secretarias e órgãos da administração pública municipal, incluindo, mas não se limitando a:

4.1.1 Setores administrativos: Gabinetes, Secretarias de Administração,

Finanças, Planejamento, Procuradorias, etc.

4.1.2 Serviços Essenciais ao Cidadão: Unidades Básicas de Saúde (UBS), hospitais, escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), pontos de atendimento ao público. Priorizando a aplicação em unidades de saúde, escolas, creches, hospitais, prédios públicos, postos de saúde, quadras esportivas, teatros, muros públicos.

4.2 Com esta contratação, esperam-se os seguintes resultados:

4.2.1 Impacto na saúde pública e epidemiologia:

4.2.1.1 Redução da infestação vetorial: Diminuição drástica e mensurável da presença de espécimes adultos do mosquito *Aedes aegypti* nas dependências dos órgãos públicos atendidos.

4.2.1.2 Controle de doenças tropicais: Queda nos índices de transmissão interna de Dengue, Zika e Chikungunya entre servidores, colaboradores e cidadãos que utilizam os prédios públicos.

4.2.1.3 Criação de ambientes seguros: Transformar escolas, postos de saúde e secretarias em "áreas de barreira", onde a própria estrutura física do imóvel atue no combate passivo ao vetor.

4.2.1.4 Eficiência operacional e técnica:

4.2.1.4.1 Efeito residual prolongado: Garantir que as superfícies tratadas mantenham sua eficácia inseticida por períodos estendidos (conforme especificação técnica do fabricante), reduzindo a periodicidade de intervenções de manejo ambiental.

4.2.1.4.2 Qualidade na execução: Assegurar que 100% das aplicações sejam realizadas por empresas tecnicamente habilitadas, utilizando equipamentos de precisão e insumos com registros atualizados na ANVISA.

4.2.1.4.3 Capilaridade no atendimento: Disponibilidade imediata de prestadores de serviço para atender às demandas de diferentes municípios e órgãos de forma concomitante e ágil.

4.2.1.5 Economicidade e gestão de recursos:

4.2.1.5.1 Otimização de custos: Redução dos gastos com medidas paliativas e emergenciais de controle de surtos, bem como a diminuição do custo indireto gerado pelo absenteísmo (faltas) de servidores devido a arboviroses.

4.2.1.5.2 Melhor valor público: Obtenção de preços justos e padronizados através da tabela de preços, garantindo que o investimento retorne em forma de proteção duradoura.

4.2.1.5.3 Sustentabilidade administrativa: Fortalecimento da imagem da Administração Pública como agente inovador, que utiliza tecnologias de ponta para a preservação da vida e do patrimônio público.

4.2.2 Desta forma, a caracterização desta demanda demonstra que a contratação é essencial, oportuna e estritamente alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração Pública.

4.2.3 Os municípios que compõem o CIMINAS, em suas diversas secretarias e órgãos (como Saúde, Educação e Assistência Social), apresentam uma demanda contínua e heterogênea pela aplicação de tecnologias de controle vetorial.

4.2.4 Esta necessidade surge da urgência em modernizar as estratégias de combate às arboviroses, substituindo métodos tradicionais de baixa eficácia residual por soluções inovadoras, como a tinta especial com propriedades inseticidas e repelentes.

4.2.5 A natureza descentralizada e a sazonalidade das infestações impedem a previsão exata de metragens quadradas e cronogramas de aplicação em um único momento para todos os entes consorciados. Diante disso, o Sistema de Registro de Preços revela-se a ferramenta mais adequada.

5. VANTAGENS DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1.1 A adoção do sistema de Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, oferece uma série de vantagens estratégicas para o CIMINAS

e seus municípios consorciados:

- 5.1.1.1 Economia de escala:** A centralização da licitação permite a negociação de volumes maiores, resultando na obtenção de preços mais competitivos e vantajosos para todos os participantes do consórcio, em comparação com aquisições individuais por cada município.
- 5.1.1.2 Flexibilidade e agilidade nas aquisições:** Os municípios poderão aderir à ata de registro de preços de acordo com suas necessidades específicas e disponibilidade orçamentária, sem a necessidade de realizar novos processos licitatórios para cada aquisição, otimizando o tempo e os recursos humanos.
- 5.1.1.3 Padronização e qualidade:** O edital poderá estabelecer requisitos mínimos de qualidade e padronização para os equipamentos, garantindo que os municípios adquiram produtos de desempenho e compatibilidade adequados às suas redes e sistemas.
- 5.1.1.4 Transparência e controle:** O processo de pregão eletrônico garante a ampla publicidade, a competitividade e a transparência na seleção dos fornecedores e na fixação dos preços, facilitando o controle social e dos órgãos de fiscalização.
- 5.1.1.5 Redução de custos operacionais:** A realização de um único processo licitatório pelo consórcio reduz significativamente os custos administrativos e operacionais que seriam despendidos por cada município na condução de suas próprias licitações.
- 5.1.1.6 Ampliação da concorrência:** A possibilidade de atender a uma demanda consorciada tende a atrair um maior número de fornecedores, intensificando a concorrência e favorecendo a obtenção de melhores propostas.

5.2 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 5.2.1** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de

aplicação de tinta especial com propriedades inseticidas e repelentes, visando o combate e controle do vetor *Aedes aegypti* (transmissor de Dengue, Zika e Chikungunya), para atender às necessidades das Secretarias e Órgãos dos Municípios Consorciados ao CIMINAS, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

- 5.2.2** O serviço compreende o fornecimento de todo o material (tinta inseticida devidamente registrada nos órgãos competentes), mão de obra qualificada, maquinário, equipamentos de proteção individual (EPIs) e transporte necessários para a execução completa da pintura/aplicação nas superfícies indicadas pelos órgãos demandantes.

6. DO JULGAMENTO POR MENOR PREÇO POR ITEM

- 6.1** Optou-se pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo como o objetivo do julgamento selecionar a proposta que represente o menor dispêndio para a Administração, observados os parâmetros mínimos de qualidade definidos em edital, que assegurem o atendimento da necessidade que originou a licitação.
- 6.2** Reside na busca pela maior economia e eficiência para a Administração Pública, garantindo que o menor dispêndio seja utilizado para adquirir os bens ou serviços necessários.
- 6.3** Este critério permite que cada item da licitação seja avaliado individualmente, promovendo a competição entre os licitantes por cada item específico, e não por lotes ou grupos de itens.

7. DO FUNDAMENTO LEGAL

- 7.1.1** O objeto que trata este Termo de Referência e seu prosseguimento tem amparo legal, segundo as Normas vigentes de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.

7.1.2 Justificativa para a modalidade de licitação

7.1.2.1 No tocante à modalidade de licitação, adotar-se-á o procedimento do **PREGÃO**, pois os serviços objeto deste Termo de Referência possuem padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, visando preços mais competitivos.

7.1.2.2 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do Art. 6º da Lei 14133/2021.

7.1.3 Otimização financeira e redução de custos

7.1.3.1 Um dos principais resultados esperados é a otimização financeira. Ao consolidar a demanda de vários municípios em um único processo licitatório, espera-se obter preços mais competitivos devido ao volume de compra, gerando uma significativa redução de custos para as administrações municipais. Além da economia na aquisição dos equipamentos em si, há uma expectativa de diminuição dos custos operacionais e administrativos relacionados à gestão de múltiplos processos licitatórios individualizados.

7.1.4 Modernização e eficiência da infraestrutura tecnológica

7.1.4.1 A contratação de empresas especializadas para a aplicação de tinta especial inseticida representa um salto qualitativo na infraestrutura de saúde preventiva dos municípios consorciados ao CIMINAS. Este investimento pauta-se nos seguintes eixos de modernização:

7.1.4.1.1 Evolução do manejo ambiental:

7.1.4.1.1.1 Diferente das estratégias tradicionais e reativas, a adoção da tecnologia de microencapsulamento de ativos inseticidas em matrizes de pintura transforma a própria infraestrutura física dos prédios públicos em agentes ativos de combate ao vetor. Essa modernização tecnológica permite que paredes e fachadas atuem 24 horas por dia na eliminação do *Aedes aegypti*, independentemente

da intervenção humana constante.

7.1.4.1.2 Eficiência operacional e escalabilidade:

7.1.4.1.2.1 A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) confere eficiência administrativa ao permitir que a infraestrutura tecnológica de combate a endemias seja expandida ou mantida de forma sob demanda.

7.1.4.1.2.2 **Agilidade:** Resposta rápida a novos focos epidemiológicos sem a necessidade de processos licitatórios individuais exaustivos.

7.1.4.1.2.3 **Padronização:** Garante que todos os órgãos demandantes recebam o mesmo padrão tecnológico e de qualidade na aplicação, assegurando a equidade no atendimento público.

7.1.4.1.3 Otimização de recursos (Smart Government):

7.1.4.1.3.1 A modernização da infraestrutura não se restringe apenas à tecnologia do produto, mas à inteligência aplicada ao gasto público. A substituição de múltiplas aplicações de inseticidas voláteis (fumacê) — que possuem alta dispersão e baixa fixação — pela tecnologia residual da tinta especial, gera uma eficiência financeira superior, com maior tempo de proteção por real investido.

7.1.4.1.4 Sustentabilidade e segurança da infraestrutura:

7.1.4.1.4.1 A modernização contempla o uso de soluções de baixo impacto ambiental e toxicidade controlada para seres humanos, em conformidade com as normas da ANVISA. A proteção tecnológica invisível integrada às superfícies garante que a prestação de serviços públicos ocorra em ambientes sanitários seguros, protegendo tanto o

corpo técnico quanto os cidadãos.

7.1.4.1.5 Padronização e compatibilidade

7.1.4.1.5.1 A estratégia de contratação centralizada pelo CIMINAS visa estabelecer um padrão de excelência técnica no combate ao vetor *Aedes aegypti*, garantindo que todos os municípios consorciados tenham acesso a soluções tecnológicas idênticas e de alta performance.

7.1.4.1.6 Padronização dos insumos e serviços: A padronização é essencial para assegurar a uniformidade dos resultados epidemiológicos. Para tanto, os serviços deverão seguir rigorosamente os seguintes critérios:

7.1.4.1.6.1 Identidade tecnológica: A tinta especial aplicada deve possuir a mesma composição de ativos e tecnologia de microencapsulamento em todos os órgãos demandantes, evitando disparidades na eficácia residual entre diferentes localidades.

7.1.4.1.6.2 Procedimentos operacionais padrão (POP): As empresas credenciadas deverão adotar métodos de aplicação padronizados (preparação de superfície, número de demãos e tempo de secagem), garantindo que a proteção técnica seja homogênea, independentemente do executor.

7.1.4.1.6.3 Normatização sanitária: Todos os produtos utilizados devem estar em estrita conformidade com as normas da **ANVISA**, assegurando um padrão de segurança toxicológica comum a todos os prédios públicos.

7.1.4.1.7 Compatibilidade com a infraestrutura existente: O objeto desta contratação foi definido considerando a necessidade de integração com as estruturas físicas atuais dos órgãos demandantes:

7.1.4.1.7.1 Compatibilidade de superfícies: A tinta especial deve ser compatível com as bases de alvenaria, gesso e reboco comumente encontradas nos prédios públicos, sem comprometer a integridade estrutural ou a estética das edificações.

7.1.4.1.7.2 Aderência a pinturas prévias: O serviço deve prever a compatibilidade química com pinturas pré-existentes, exigindo que a empresa contratada realize a preparação adequada do substrato para garantir a fixação dos ativos inseticidas.

7.1.4.1.7.3 Integração com o manejo ambiental: A aplicação da tinta deve ser compatível e complementar às demais ações de vigilância em saúde já realizadas pelos municípios (como visitas domiciliares e eliminação de criadouros), funcionando como uma camada adicional de segurança tecnológica.

7.1.4.1.8 Flexibilidade e agilidade nas aquisições futuras

7.1.4.1.8.1 O sistema de Registro de Preços assegura flexibilidade e agilidade. Os municípios poderão solicitar os equipamentos de acordo com suas necessidades pontuais e disponibilidade orçamentária, sem a burocracia e o tempo de espera de um novo processo licitatório para cada compra. Isso significa:

7.1.4.1.8.1.1 Resposta rápida a demandas emergentes:

Possibilidade de adquirir equipamentos rapidamente em caso de falha ou necessidade inesperada.

7.1.4.1.8.1.2 Planejamento orçamentário otimizado: Os municípios podem programar suas aquisições ao longo da vigência da ata, de acordo com seus recursos.

7.1.4.1.9 Transparência e governança

7.1.4.1.9.1 A modalidade de **Pregão Eletrônico** para o Registro de Preços garante total transparência ao processo. Os resultados esperados incluem:

7.1.4.1.9.1.1 Maior controle social e fiscalização: Com a publicidade e rastreabilidade de todas as etapas do pregão, há uma facilitação para a atuação dos órgãos de controle e da própria sociedade.

7.1.4.1.9.1.2 Conformidade com a legislação: A contratação segue rigorosamente as diretrizes da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), promovendo boas práticas de governança.

7.1.4.1.10 A contratação visa não apenas suprir uma necessidade material, mas transformar a capacidade operacional dos municípios consorciados, impulsionando a eficiência, a economia e a modernização da gestão pública em toda a região do CIMINAS.

8. RELAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS:

8.1 A descrição completa dos itens relacionados na tabela orçamentária:

ITEM	UN	QTDE	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	VLR. MÉDIO UNITÁRIO	VLR. MÉDIO TOTAL
1	M2	320.000.000	24818	Contratação de empresa para prestação de serviços de controle de pragas, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada, para aplicação de produto saneante e desinfetante de ação residual e longa duração, destinado ao controle de insetos em áreas internas e externas de edificações públicas. O serviço deverá utilizar cipermetrina e permetrina na concentração de até a 0.5% cada, ou equivalente, com eficiência comprovada, atendendo as especificações técnicas.	R\$ 259,96	R\$83.187.200,00
VALOR TOTAL MÉDIO:						R\$83.187.200,00

8.2 Segue o descritivo detalhado pertinente ao item que compõem a tabela:

8.2.1 O mecanismo de ação ocorre por meio da translocação do princípio ativo via contato tarsal (patas). Ao pousar na superfície tratada, o inseto absorve as microcápsulas do agente inseticida, que penetram em seu organismo e atingem o sistema nervoso central. Este processo desencadeia uma hiperexcitabilidade neuromuscular severa, resultando no óbito do espécime em poucos minutos e garantindo o controle efetivo da população de vetores no ambiente.

8.2.2 O produto apresenta propriedades físico-químicas equivalentes às tintas acrílicas de linha premium, garantindo acabamento estético e durabilidade de mercado. Sua aplicação é idêntica à das tintas convencionais, dispensando o uso de solventes específicos ou equipamentos especiais. Adicionalmente, o composto é certificado como **atóxico e hipoalergênico**, sendo totalmente

seguro para manuseio e permanência de pessoas e animais em ambientes internos e externos.

- 8.2.3** A tecnologia integrada à composição da tinta atua como uma medida de prevenção passiva, convertendo as superfícies aplicadas em barreiras ativas contra vetores. Tal funcionalidade otimiza a segurança sanitária em ambientes de longa permanência como instituições de ensino, unidades de saúde e postos de trabalho, ao mitigar drasticamente o risco de infestação e a proliferação de insetos transmissores de doenças no recinto.
- 8.2.4** A eficácia do produto é respaldada por protocolos de testes rigorosos, realizados em laboratórios acreditados tanto no território nacional quanto em âmbito internacional. A formulação apresenta alta performance inseticida, estabelecendo superfícies de repelência e letalidade ao vetor *Aedes aegypti* e a outros insetos sinantrópicos, atendendo integralmente às normas de biossegurança e aos padrões de controle de vetores vigentes.

9. PRINCÍPIOS ATIVOS

- 9.1** A solução a ser contratada, deverá ter como princípio ativo a Cipermetrina 0,5% e Permetrina 0,5%, ambos piretroides sintéticos, com ação neurotóxica seletiva contra insetos, encapsuladas em microcápsulas poliméricas permitindo liberação controlada ao longo do tempo;
- 9.2 Veículo base: água tratada industrialmente, como diluente principal;**
- 9.2.1 Resina acrílica:** polímero de elevada resistência a intempéries, conferindo durabilidade ao filme de tinta;
- 9.2.2 Aditivos funcionais:** agentes antiespumantes, cargas minerais (talco, caulim), pigmentos inorgânicos estáveis e conservantes isentos de formaldeído;
- 9.2.3** Para controle de qualidade do produto a ser adquirido a atendimento a normas de desempenho, o mesmo deve atender aos requisitos mínimos NBR 15079-1:2021
- 9.2.4** Tintas para construção civil - Especificação dos requisitos mínimos de desempenho de tintas para edificações não industriais - ;Tinta látex nas cores

claras quanto aos parâmetros determinados e aos requisitos da norma NBR 11702:2021 – Tintas para construção civil – Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais.

10. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS PRODUTOS:

10.1 Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

10.1.1 Não causarem manchas;

10.1.2 Serem antialérgicos;

10.1.3 Tornar-se inodoro após 24hs (vinte e quatro horas) da aplicação;

10.1.4 Serem inofensivos à saúde humana;

10.2 Nas áreas onde o contato humano com o preparado químico for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro após, no máximo, 24hs (vinte e quatro horas) da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;

10.3 Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria no 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a Portaria no 321/97 do citado órgão;

10.4 Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente autorizados para a comercialização na Anvisa.

10.5 Entende-se por produto saneante de base aquosa, formulado como revestimento predial, que após a aplicação forma película sólida contínua, contendo ingrediente ativo incorporado à matriz polimérica, com ação inseticida residual contínua por liberação controlada.

11. DAS CONDIÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO

11.1 A Contratada deverá ter em seu quadro, pessoal tecnicamente qualificado para execução dos serviços ora contratados, devendo estar conforme a resolução

RCD número 52, de 22 de outubro de 2009, ANVISA/MS.

- 11.2** Os produtos químicos domissanitários, utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente autorizados a comercialização Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme estabelece Resolução Normativa – RDC no 52, de 22 de outubro de 2009, publicado no D.O.U de 26/10/2009 e demais normas vigentes. Serão exigidos produtos químicos com embalagens fechadas e lacradas, para abertura na presença de funcionário da ENAP responsável pelo acompanhamento dos serviços.

12. ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

- 12.1** Como requisito para a contratação, os itens licitados devem atender às legislações e normas técnicas que estabelecem os requisitos de dimensões, material, uso, manutenção, descarte, entre outros. As normas a serem atendidas, a depender do bem em específico e sem exclusão de outras que forem aplicáveis, são, principalmente, aquelas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

13. DA ENTREGA DO OBJETO

- 13.1** Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada quando emitida a autorização de fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da autorização.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

14.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 14.1.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.1.2** Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.
- 14.1.3** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações

referentes de no mínimo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

14.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

14.1.5 Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.

14.1.6 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

14.1.7 É de responsabilidade da Contratada vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.

14.1.8 A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um **relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos ou serviços executados durante o período**. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.

14.1.8.1 O relatório mensal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações para cada item/serviço prestado:

14.1.8.1.1 Identificação do Item/Serviço: Código, descrição completa e unidade de medida.

14.1.8.1.2 Quantitativo Fornecido/Executado no Mês: A quantidade exata de cada item entregue ou serviço realizado no período de referência.

14.1.8.1.3 Quantitativo Acumulado no Contrato: A soma total dos quantitativos do item/serviço desde o início da vigência do contrato.

14.1.8.1.4 Local(is) de Entrega/Execução: O(s) município(s) ou local(is) específico(s) onde o fornecimento/serviço ocorreu.

14.1.8.1.5 Data(s) de Entrega/Execução: As datas em que cada

fornecimento/serviço foi realizado.

14.1.8.1.6 Saldo Contratual (se aplicável): A quantidade restante de cada item/serviço a ser fornecida/executada, considerando o total contratado.

14.1.8.2 O relatório deverá ser apresentado em formato digital - planilha eletrônica compatível com Microsoft Excel, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços ou fornecimento dos itens.

14.1.8.3 A ausência ou apresentação inadequada do relatório poderá ensejar retenção de pagamento e/ou aplicação das sanções contratuais cabíveis.

14.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.

14.2.2 Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.

14.2.3 Pagar a importância correspondente, após prestação de serviços pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.

14.2.4 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

14.2.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

14.2.6 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

14.2.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

14.2.8 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

14.2.9 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

14.2.10 O representante da Administração Solicitante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.2.11 A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS

CONSIDERAÇÕES

GERAIS:

15.1 Caberá à CONTRATADA refazer a entrega dos produtos licitados (sem ônus para a contratante) sempre que os produtos estiverem em desacordo com as especificações deste termo de referência.

16. DA

GESTÃO

DO

CONTRATO:

- 16.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 16.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 16.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 16.6** As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.
- 16.7** Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.
- 16.8** Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.
- 16.9** A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.

17. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

17.1 RECEBIMENTO

- 17.1.1** Os produtos e serviços serão recebidos provisoriamente, será recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 17.1.2** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 17.1.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 17.1.4** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 dias úteis.
- 17.1.5** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ou da documentação prevista no item 8.2.3.
- 17.1.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 17.1.7** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à

liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

17.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

17.1.9 A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente indicar o Município onde o serviço foi executado/prestado, para fins de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS).

18. LIQUIDAÇÃO

18.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

18.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.3.1 o prazo de validade;

18.3.2 a data da emissão;

18.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

18.3.4 o período respectivo de execução da ordem de serviço;

18.3.5 o valor a pagar;

18.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

18.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.6 A Administração deverá realizar consulta aos órgãos competentes para:

18.6.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

18.6.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

18.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.10 Em relação a parte incontrovertida quanto a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

19. PRAZO DE PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

20. FORMA DE PAGAMENTO

- 20.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.5** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

21.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 21.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

21.1.2 FORMA DE FORNECIMENTO

- 21.1.2.1** O fornecimento do objeto será sob demanda do município aderente, e entregue a cada ordem de fornecimento expedida com os quantitativos desejados para aquela ordem, que conterà os quantitativos específicos de cada item do processo para a execução dos serviços.
- 21.1.2.2** A CONTRATADA deverá computar na sua proposta **TODO** e

QUALQUER valor que seja necessário para cobrir todas as despesas oriundas das futuras ordens de fornecimento que serão emitidas pelos municípios aderentes, sendo que, conforme disposto no preâmbulo deste termo de referência.

- 21.1.2.3** Além dos custos operacionais, também deverão estar previstos na proposta de preços os valores referentes a despesas com mão de obra, tributos, encargos sociais, fretes, insumos, combustíveis, deslocamento de veículos e demais custos referentes ao fornecimento dos veículos.

22. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 22.1** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

22.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 22.1.1.1** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

- 22.1.1.2** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

- 22.1.1.3** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

- 22.1.1.4** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

22.1.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

22.1.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

22.1.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

22.1.1.8 Documento de identificação pessoal do(s) sócio(s) administrador(es).

22.1.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

22.1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

22.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

22.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(FGTS);

22.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

22.1.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

22.1.2.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

22.1.3.1 Certidão negativa de falência, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sendo considerada válida se emitida até 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão pública deste processo licitatório. Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial fornecida for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

22.1.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI,

publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador
que o venha a substituir;

22.1.3.3 Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados.

22.1.3.4 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

22.1.3.4.1 Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

22.1.3.4.2 Publicados em Diário Oficial; e

22.1.3.4.3 Publicados em jornal de grande circulação; ou

22.1.3.4.4 Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

22.1.3.5 Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):

22.1.3.5.1 Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou

22.1.3.5.2 Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

22.1.3.6 Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

22.1.3.7 Sociedades criada no exercício em curso:

22.1.3.7.1 Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou

domicílio da licitante.

22.1.3.7.2 A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC} + PELP$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

22.1.4 JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices contábeis indicados

neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

22.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1.5.1 Para garantir a qualidade, a conformidade técnica e a funcionalidade dos serviços a serem adquiridos, as empresas participantes deste Pregão Eletrônico deverão cumprir os seguintes requisitos de qualificação técnica:

22.1.5.1.1 Atestados de capacidade técnica

22.1.5.1.1.1 As licitantes deverão apresentar no mínimo um (1) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

22.1.5.1.1.2 Este atestado deve comprovar que a empresa já executou serviços similares de fornecimento e aplicação de tinta inseticida, em quantidades, em quantidade compatível com o objeto licitado no percentual não inferior a 10% (dez por cento).

22.1.5.1.1.3 O atestado deve conter, no mínimo:

22.1.5.1.1.3.1 Nome e CNPJ da entidade emitente.

22.1.5.1.1.3.2 Nome e CNPJ da empresa licitante.

22.1.5.1.1.3.3 Descrição detalhada dos itens fornecidos (tipos de equipamentos, modelos, quantidades, especificações técnicas relevantes).

22.1.5.1.1.3.4 Período de execução do fornecimento.

22.1.5.1.1.3.5 Declaração do responsável pela emissão atestando a boa execução dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais.

22.1.5.1.1.3.6 Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão.

22.1.5.1.1.3.7 Solicitar um atestado de capacidade técnica é fundamental para verificar se a empresa licitante possui experiência prévia na execução de serviços semelhantes aos que estão sendo licitados.

22.1.5.1.1.4 Esta exigência garante que a empresa tenha um histórico de desempenho satisfatório e conhecimento das particularidades do serviço.

22.1.5.1.1.5 O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

22.1.5.1.1.6 A licitante que não for fabricante deverá comprovar que está autorizada a comercializar os produtos ofertados.

22.1.5.1.1.7 A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de carta de revenda autorizada, declaração do fabricante ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou distribuidor oficial.

22.1.5.1.1.8 O documento deverá conter:

22.1.5.1.1.8.1 identificação do fabricante;

22.1.5.1.1.8.2 identificação da licitante;

22.1.5.1.1.8.3 autorização para comercialização do produto ofertado.

- 22.1.5.1.4.1** Apresentação de ficha técnica completa do produto , com descrição da composição , propriedades físico-químicas, modo de uso , precauções, validade, prazo de eficácia e número de autorização de comercialização e/ou registro na ANVISA;
- 22.1.5.1.4.2** Apresentação da FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico), conforme NBR 14725 da ABNT;
- 22.1.5.1.4.3** Rótulo do produto contendo: lote, validade, composição, orientações de uso e identificação do fabricante;
- 22.1.5.1.4.4** Relatório de análise emitido por laboratório credenciado da Anvisa, ou ofício emitido pela Anvisa de que o produto possui ação prolongada de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses.
- 22.1.5.1.4.5** Relatório de ensaio feito por laboratório certificado pelo INMETRO, conferindo que o produto atende aos requisitos da norma NBR 15079-1:2021 - Tintas para construção civil e aos requisitos da norma NBR 11702:2021 – Tintas para construção civil – Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais.
- 22.1.5.1.4.6** Não serão aceitos produtos classificados exclusivamente como inseticidas líquidos, aerossóis, concentrados emulsionáveis, iscas ou formulações de aplicação por pulverização, que não resultem na formação de película sólida contínua sobre a superfície aplicada.

22.1.5.1.5 Responsabilidade ambiental e sanitária

- 22.1.5.1.5.1** Declaração de que os resíduos sólidos oriundos do processo de aplicação (embalagens) serão devidamente recolhidos e descartados conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- 22.1.5.1.5.2** Declaração de responsabilidade técnica e civil por quaisquer danos à saúde humana ou ao meio ambiente decorrentes de uso inadequado ou falha na aplicação do produto fornecido.
- 22.1.5.1.5.3** A tinta inseticida a ser contratada deve apresentar tecnologia de ponta em formulação química, controle sanitário e sustentabilidade ambiental, observando padrões de qualidade reconhecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

22.1.5.1.6 Outros documentos exigidos

- 22.1.5.1.6.1** Declaração de ciência e aceitação plena das condições do Termo de Referência e do edital convocatório;
- 22.1.5.1.6.2** Esses requisitos têm por objetivo garantir o cumprimento integral das normas de saúde pública, segurança sanitária, regularidade jurídica e sustentabilidade ambiental, de forma a assegurar a efetividade da política pública de combate aos vetores endêmicos.
- 22.1.5.1.6.3** Deverá ser obrigatório manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Controle de Execução de Licitação.

22.1.5.2 Comprovação de Serviços Equivalentes: Exigir que os atestados ou certidões de capacidade técnica demonstrem serviços anteriores equivalentes ou superiores ao objeto da licitação assegura que a empresa tem a expertise necessária para lidar com características,

quantidades e prazos. Isso contribui para a realização de um processo de contratação transparente e para a escolha da empresa mais qualificada para atender às necessidades dos municípios ou órgãos.

22.1.5.3 Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

22.1.5.4 Justificativa para as exigências de qualificação técnica:

22.1.5.4.1 Assegurar o investimento público, garantindo que os equipamentos tenham longa vida útil e desempenho adequado.

22.1.5.4.2 Reduzir custos de manutenção a longo prazo, através da aquisição de produtos de qualidade e com garantia de suporte técnico eficiente.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES ESTIMADOS POR MUNICÍPIO:

- 23.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão na dotação do município solicitante.
- 23.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 23.3** Os valores estimados de preços por município participante será para 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

Araxá/MG, 05 de maio de 2026

ANA VITÓRIA SILVA SOARES
CIMINAS

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

O **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, consórcio público de direito público, CNPJ 19.493.732/0001-99, com sede na Rua Antônio Alves da Costa, nº 300, Vila São Pedro, Araxá/MG, CEP 38183-058, neste ato representado pelo seu Presidente devidamente constituído em assembleia Sr. Frederico Ozanan Rangel, brasileiro, Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG – CEP 38.805-000 , considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 014/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº 027/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) _____ CNPJ _____ com sede à _____ Bairro _____ Cidade _____ CEP _____ por seu sócio proprietário Sr.(a) _____, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM APLICAÇÃO DE TINTA ESPECIAL, PARA COMBATE AO AEDES AEGYPTI EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Deverão estar incluídos no preço todos os insumos necessários para a execução do objeto desta licitação, tais como impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a avença, sem ônus adicional para a Administração.

2.2. Especificação detalhada do objeto, será conforme especificada no Termo de Referência.

2.3. Todos os serviços que serão entregues pela detentora desta Ata serão nas formalidades do Termo de Referência anexo neste edital e estarão nas conformidades de cada Ordem de Fornecimento emitida por cada município aderente.

2.4. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de, eventualmente, algum local para prestação de serviços seja mais distante ou de difícil acesso.

2.5. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

3.1. A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, termo de referência e na proposta vencedora do certame, mas não obrigará a contratação, sendo esta, facultada aos municípios integrantes deste consórcio, ou de outros entes federativos que assim o requisitarem.

3.2. O Licitante Detentor da Ata de Registro de Preços (ARP), doravante denominado CONTRATADA, estará obrigado a retirar as respectivas notas de empenhos e a celebrar o Eventual Contrato ou instrumento equivalente que poderão advir com os órgãos participantes, doravante denominados Municípios Contratantes, nas condições estabelecida neste Termo de Referência e na própria Ata (ARP), observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.

3.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.

3.4. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE.

3.5. Quando da necessidade de contratação nos termos contratuais instituídos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, os ordenadores de despesas dos Municípios, órgãos CONTRATANTES, deverão consultar ao CIMINAS (Órgão Gerenciador) através de sua COORDENADORIA DE LICITAÇÕES para obter a indicação do Licitante Detentor da ARP, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

3.6. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Os órgãos e entidades poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços na condição de não participantes do consórcio, desde que observados os requisitos previstos no artigo art. 86 da Lei nº 14.133 de 2021.

3.8. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E/OU FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá atentar para o cumprimento dos parâmetros solicitados e exaustivamente percorridos no Termo de Referência do processo licitatório, uma vez que, a aceitação do objeto vincula-se ao fiel atendimento das especificações contidas nele e somente serão aceitos se atenderem aos padrões exigidos e forem entregues dentro do prazo estabelecido.

4.2. Verificada desconformidade dos produtos fornecidos, a empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá efetuar as devidas correções ou substituições no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a comunicação oficial, sem ônus para o Consórcio e/ou Município, podendo ser prorrogado pelo Consórcio e/ou Município, mediante solicitação.

4.3. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

5. DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O local e prazo de execução do objeto será conforme estabelecido no Termo de Referência, cujas especificações serão informadas nas ordens/autorizações de serviço, emitidas no decorrer do tempo de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que, a responsabilidade pelo recebimento, será do funcionário oportunamente indicado pelo Município aderente.

5.2. Caso a empresa detentora da Ata não possa cumprir com os prazos estipulados nas ordens de serviço, deverá apresentar justificativa por escrito, até 02 (dois) dias do vencimento do prazo de início da prestação de serviços descritos no objeto, ficando a critério do Consórcio e/ou Município a sua aceitação.

5.3. Ao não cumprir os prazos estipulados para refazimento de serviços caso ocorra sem justificativa formal aceita pelo Consórcio e/ou Município, decairá seu direito de fornecimento, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento.

6. DA VALIDADE DA ATA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021 contado a partir do 1º dia útil subsequente à sua publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas seguintes hipóteses: caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

7.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.5. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.6. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

7.8. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

7.9. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.10. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

7.11. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o

fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

7.12. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.14. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.12 e 7.13, e será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.16. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público;
- b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.3. Compete ao órgão gerenciador aplicar penalidades relativas à ata, e aos órgãos contratantes aquelas decorrentes dos contratos..

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do serviço e/ou objeto decorrente da presente ata

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As demais condições gerais do fornecimento, encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

10.3. Os órgãos participantes do presente registro de preços encontram-se listados no edital

10.4. Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante aplicação de índice oficial previsto no edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ()
vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinadas pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

CIMINAS

[Assinatura Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(es) Registrado(s)]

ANEXO III

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026
MINUTA DE CONTRATO XXX/XXX**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A
XXXXXXXXXXXX, POR INTERMÉDIO DO (A) E
.....

A por intermédio do(a)
....., com sede no(a), na cidade de
...../Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a)
pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de ... de
..... de 20..., portador do CPF nº.....e RG nº, doravante
denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ sob o nº,
sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por
..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da
empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº
027/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais
legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão
Eletrônico n. 014/2026, Ata de Registro de Preço...../XXXX mediante as cláusulas e
condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.O objeto do presente instrumento é contratação de empresas especializadas em aplicação de tinta especial, para combate ao aedes aegypti em atendimento aos órgãos demandantes, nas conformidades descritas no Termo de Referência que são parte integrante desta Ata, nas condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 014/2026 e Ata de Registro de Preço...../.....

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência;

- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação somente será admitida se expressamente prevista no Termo de Referência, devendo limitar-se a parcelas acessórias do objeto, sem prejuízo da responsabilidade integral do contratado pela execução contratual..

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, mediante atesto da execução e apresentação de nota fiscal.

6.2. O pagamento está condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado.

6.3. É vedado o pagamento por serviços não executados ou não devidamente atestados..

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. O reajuste não exclui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovado, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sendo ônus do contratado demonstrar o desequilíbrio mediante documentação idônea.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração deverá decidir os requerimentos no prazo razoável, devidamente motivado, observado o princípio da eficiência e da duração razoável do processo administrativo..

8.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como

nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.4. Multa:

a) Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de () dias;

b) Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (por cento), pela inobservância ao prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 9.1, de% a % do valor do Contrato.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 9.1, de% a ...% do valor do Contrato.

e) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 9.1, a multa será de %a ...% do valor do Contrato.

f) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 9.1, a multa será de....% a ...% do valor do Contrato.

g) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 9.1, a multa será de....% a % do valor do Contrato.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9.15. A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1.O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2.A eventual necessidade de continuidade da execução deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, vedada a prorrogação automática do contrato..

10.2.1.Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

a) Gestão/Unidade:

b) Fonte de Recursos:

c) Programa de Trabalho:

d) Elemento de Despesa:

e) Plano Interno:

f) Nota de Empenho:

11.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1.Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021, princípios do direito administrativo, jurisprudência dos tribunais de contas e, subsidiariamente, pelas normas de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

15.1.Fica eleito o Foro da Justiça Comum em, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO